

Declaração do Comité Executivo sobre o roteiro proposto para a dimensão social da UEM, incluindo diálogo social

A CES considera que a proposta de discussão da dimensão social da UEM é demasiado restritiva. O nosso compromisso com o processo de integração europeia depende do facto de a Europa não ser uma zona de livre comércio, mas uma área cujos objectivos são o progresso económico e social. Portanto, uma discussão sobre a dimensão social da UEM só é aceitável se impulsionar o progresso social em todo o território da União Europeia.

A CES opõe-se às atuais políticas de austeridade que têm sido implementadas em detrimento dos trabalhadores e dos cidadãos. Isto não é aceitável. Estas políticas também são contraproducentes e têm tido um impacto negativo sobre a economia da U.E. O sector financeiro foi salvo, a um custo insustentável. Não pode haver uma dimensão social seja na U.E. seja na U.E.M sem uma mudança nestas políticas. A CES continuará a mobilizar-se para esse objectivo.

A CES considera que um roteiro sobre a dimensão social da U.E.M, no quadro de uma coordenação reforçada das políticas, visando a convergência ascendente, de forma a lidar com as desigualdades, a pobreza, o desemprego e o trabalho precário, que são eticamente inaceitáveis e estão a criar uma situação de emergência social. Não pode haver governança económica sustentável e coordenação das políticas sem que essas injustiças sejam superadas.

A CES exige novos planos de investimento de grande escala igual, de valor equivalente a pelo menos 1% do PIB anual da U.E para promover o crescimento sustentável e o emprego. As atuais propostas do QFP constituem um retrocesso e são totalmente inadequadas para atingirmos os nossos objectivos.

A CES sublinha, veementemente, que os parceiros sociais devem ser incluídos e totalmente envolvidos no debate sobre o projecto dos novos instrumentos de coordenação. Deve haver garantias efetivas em todas as fases de que os direitos sindicais, bem como os direitos fundamentais, serão respeitados e promovidos em especial, a autonomia da negociação colectiva.

Os procedimentos contratuais, na forma de memorandos, têm sido postos em prática de forma antidemocrática e impuseram uma combinação errada de políticas. Violam os acordos colectivos, as relações laborais e o diálogo social. Tal não se deveria aplicar a qualquer acordo contratual. O apoio financeiro tem sido condicionado estes pelos acordos contratuais. A CES opõe-se a esta abordagem injusta e antidemocrática.

Na base do Pacto Social que já propôs, a CES continuará a desenvolver a sua posição e continuará a fazer passar as suas políticas no contexto do debate sobre a dimensão social da U.E e da U.E.M.

Março 2013

Nota: Tradução da responsabilidade da UGT, baseada na versão inglesa e francesa